CONTROLADORIA GERAL
ATO DO CONTROLADOR GERAL
RESOLUÇÃO CGM Nº 1187 DE 12 DE JUNHO DE 2015

Estabelece instruções para a realização do Segundo Programa de Formação do Nível Avançado da categoria funcional de Auxiliar de Controladoria, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 4.015, de 25 de abril de 2005 e no Decreto nº 30.305, de 18 de dezembro de 2008;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento profissional dos servidores municipais como uma das premissas à melhoria da eficiência do serviço público,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Segundo Programa de Formação do Nível Avançado da categoria funcional de Auxiliar de Controladoria que será promovido pela Controladoria Geral do Município, por intermédio da Gerência de Recursos Humanos da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, em conformidade com o art. 1º do Decreto nº 30.305, de 18 de dezembro de 2008.

Art. 2º A inscrição no Programa dar-se-á exclusivamente mediante o preenchimento do formulário de inscrição disponível na Gerência de Recursos Humanos da Controladoria Geral do Município, no prazo de 2 (dois) dias, a contar da publicação desta Resolução.

Art. 3º As disciplinas e a carga horária são as constantes no Anexo I.

Art. 4º O cronograma será divulgado pela Gerência de Recursos Humanos da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro.

Art. 5º Ao término do Programa, os participantes serão avaliados sobre os conhecimentos ministrados.

§ 1º A avaliação, mediante prova objetiva, será realizada na mesma data para todos os participantes.

§ 2º Não serão computadas as questões em branco, rasuradas ou emendadas, ainda que legíveis, e as que tiverem mais de uma alternativa assinalada como resposta.

§ 3º Será considerado aprovado, o participante que obtiver, no mínimo, 70% (setenta por cento) de acertos.

§ 4º Não será permitida qualquer consulta durante a realização da prova.

Art. 6º Os participantes que não alcançarem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária total serão considerados reprovados e estarão impedidos de realizar a prova objetiva de avaliação.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Titular da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2015

ANTONIO CESAR LINS CAVALCANTI

ANEXO I

Programa de Formação do Nível Intermediário

Disciplinas	Horas/Aula
Instrução Processual	8 h
Gestão de Processos	8 h
Visão Institucional da PCRJ	4 h